



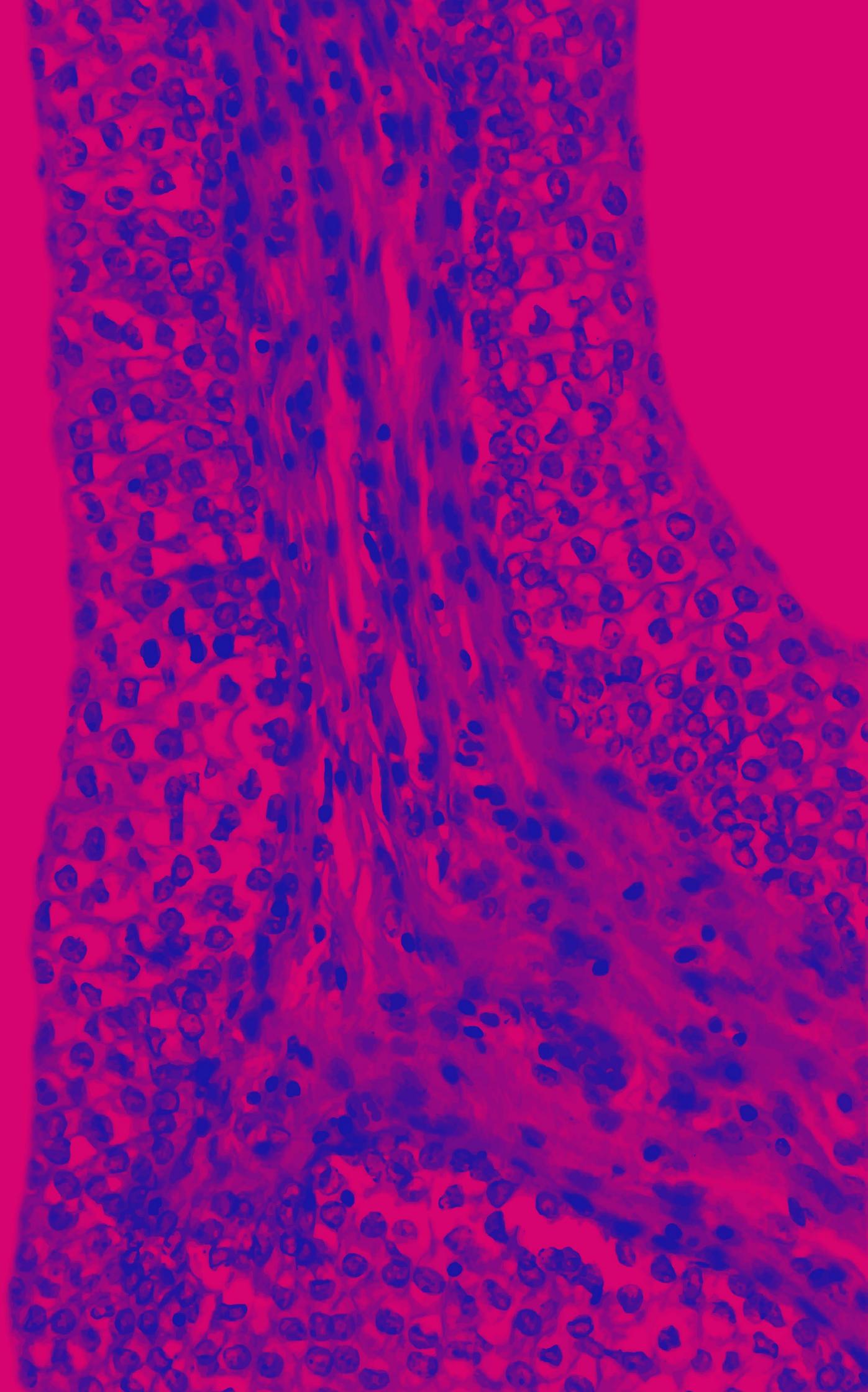
Editorial

Marcos de Jesus Oliveira

UNILA

Tereza Spyer

¡DALE!, PPG-ICAL / UNILA





A despeito da centralidade do corpo nos processos de produção dos assujeitamentos econômicos, sociais, políticos e epistêmicos modernos – o que implicou novas modalidades de relação do ser humano com o próprio corpo em virtude da imposição de escalas sociais de classificação hierárquica de valor –, só muito recentemente ele ganhou “dignidade” como objeto de reflexão epistemológica. Muitos/as pesquisadores/as associam sua entrada no campo de reflexão das humanidades e das ciências sociais ao advento da chamada “cultura do corpo”, marca supostamente distintiva do período histórico do qual somos contemporâneos. A tese sobre a cultura do corpo está sujeita, ela mesma, a inúmeras polêmicas que não nos interessam aqui. Sua evocação se justifica tão somente por servir de esteira para o argumento de que a emergência do corpo como *objeto* legítimo de reflexão nas últimas décadas é acompanhada por sua assunção como *sujeito* epistêmico e, como consequência, por um processo de politização do conhecimento.

Pele negra, máscaras brancas, originalmente escrito em 1952 por Frantz Fanon e em cujo final se lê “Ô meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!” (FANON, [1952] 2008, p. 191), é uma excelente ilustração do esforço teórico-político em tornar o corpo sujeito epistêmico, enunciador de sua condição de assujeitamento à ordem moderna/colonial assim como das formas de resistência por ele produzidas contra esta mesma ordem na busca por humanização, justiça, reconhecimento e direitos. Seguramente, haveria muitos outros exemplos tão fundamentais e importantes quanto o de Fanon no tocante à reflexão do corpo como sujeito epistêmico. No entanto, o objetivo não é fazer uma espécie de revisão de literatura sobre a temática, mas apenas situar o presente dossiê como parte desse movimento das humanidades e das ciências sociais, dando a ver possíveis consequências político-epistêmicas quando se assume o conhecimento como essencialmente corpóreo.

Nesse sentido, o dossiê “Corpos e sujeitos na/da modernidade”, fruto da parceria entre os grupos de pesquisa “Epistemologias do Sul: pensamento social e político em/desde/para a América Latina, Caribe, Ásia e África” e “¡DALE! – Decolonizar a América Latina e seus espaços”, ambos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), busca juntar-se àqueles que ousaram produzir deslocamentos e fissuras na cisão sujeito/objeto operada pela tradição epistemológica ocidental ainda hegemônica nas produções científico-acadêmicas contemporâneas. Aqui o/a leitor/a encontrará, de distintas formas e com diferentes ênfases, linhas escritas dedicadas à história de assujeitamentos corporais impostos pela modernidade em situações sociais bastante diversas; encontrará ainda linhas de fuga pelas quais os corpos e os sujeitos questionam modelos epistemológicos tradicionais, sendo estes mesmos entendidos como formas de assujeitamento, dando a ver a complexidade dos fenômenos descritos.

Tendo isso no horizonte, o presente número é aberto com o ensaio de Leandro Missiatto intitulado “Diferença ontológica: a dicotomia humana como espaço de produção da diferença colonial”. Nele, o autor busca ampliar a noção de diferença colonial, de Walter Dignolo, revelando sua proficuidade tanto para a descolonização da ontologia quanto para o reconhecimento da pluriversalidade ontológica. A crítica do universalismo europeu desmonta as engrenagens de um discurso que se arrola a si mesmo o monopólio daquilo que conta ou não como humano. Nesse sentido, o enfrentamento das limitações, das exclusões, das violências, dos genocídios e dos epistemicídios produzidos pela colonialidade do poder (Aníbal Quijano) passa pela crítica da cisão ontológica que, opondo sujeitos humanos a sujeitos não humanos ou sub-humanos, é forma de justificar dominação e exploração. O ensaio é, ele mesmo, esta tentativa de ultrapassar cisões ontológicas através do exercício de um pensamento de fronteira, um pensamento que, como diz o próprio autor, “emerge da relação com o Outro e que não o nega, mas o reconhece e que toma como válidas suas narrativas e projetos”.

O ensaio “‘Infortúnios Genealógicos’: a (re)escrita da África Pós-Colonial de Achille Mbembe”, de Michael Syrotisnki, traduzido por Marcos de Jesus Oliveira, versa sobre o pensamento do teórico camaronês. O texto de Syrotisnki busca compreender o *status* de Mbembe como pensador pós-colonial e a forma como ele localiza a si próprio em relação à genealogia intelectual desta teoria. Igualmente, o ensaio procura relacionar os escritos de Mbembe – principalmente seu último livro, *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada* (2010), com os aportes de Jacques Derrida, Jean-Luc Nancy e Ruben Um Nyobè. Syrotisnki identifica, também, as potentes conexões entre a teoria pós-colonial e as teorias da globalização, os estudos subalternos e os estudos culturais transnacionais. Além disso, aponta as críticas de Mbembe ao marxismo e ao indianismo (“as duas ideologias políticas dominantes na África pós-colonial”), bem como destaca o paradoxo acerca da relação entre a teoria francesa e o pós-colonialismo – um tema amplamente tratado pelo teórico camaronês. O ensaio termina evocando o exercício proposto por Mbembe, “Escrever a África”, uma resignificação do “estatuto ontológico do sujeito africano pós-colonial” que contribuiria para uma relativa “provincialização da Europa e do Ocidente”.

Em “Estética, multiculturalismo e decolonialidade”, texto de Nasheli Jiménez del Val traduzido por Marcos de Jesus Oliviera, originalmente publicado em 2013, a autora apresenta duas abordagens não eurocêntricas relacionadas à teorização da estética: a estética policêntrica, de Ella Shohat e Robert Stam; e a estética decolonial, de Walter Dignolo. Após discutir cada uma dessas proposições, Jiménez del Val apresenta pontos de convergência e de divergência. Para ela, ambas convergem na crítica à visão introjetada da estética ocidental que, mediante uma concepção temporal linear, apresenta as culturas não europeias como atrasadas e condicionadas a um jogo de perpétuo alcance da que lhes seria superior; ambas também denunciam a representação como uma ferramenta para perpetuar as hierarquias entre culturas europeias e não-europeias. A autora aponta que Shohat e Stam, contudo, têm uma abordagem para além da representação e se concentram mais nas relações de poder estabelecidas dentro e entre diferentes comunidades culturais, destacando a agência, ao passo que Dignolo se restringe a uma análise da representação como instrumento facilitador da cooptação. Outro ponto que diferencia as abordagens, segundo ela, é a importância atribuída às posições de sujeito e à agência: enquanto Shohat e Stam destacam a agência como um fator importante na mobilização de comunidades particulares, Dignolo reivindica uma repolitização da posição do sujeito criativo.

O artigo de Jacques Mick e Noa Cykman, “Para escapar à extinção: experiências de conexão humano-natureza em encontros Rainbow”, reflete sobre os encontros nômades da chamada “Família Rainbow”. Em diferentes países, grupos sob essa alcunha reúnem viajantes em recintos naturais, durante um ciclo lunar (28 dias), com vistas a experimentar uma vida orientada à paz e ao equilíbrio com a Terra e com o cosmos. Observando tais encontros, os autores apontam os modos pelos quais essa comunidade alternativa atualiza noções de trabalho, família, território e saber-poder: as práticas comunitárias convidam a trocas para além do humano, com pessoas não humanas, numa rede dita simétrica, não hierárquica e de conexão intuitiva. Quer-se uma “escuta de Gaia”, num mundo que é por natureza feito da multiplicidade de agências. Assim, os encontros permitem repensar questões fundamentais quanto à cisão do sujeito moderno com a natureza, quanto à natureza da sociedade, do convívio e do conflito, e, também, à natureza da natureza, da vida e do pertencimento.

No artigo “Apartheid nos territórios palestinos ocupados? O que dizem os relatórios da CEIPI”, Fabio Bacila Sahd e Domingos da Cruz Júnior analisam os relatórios produzidos pelo Comitê Especial de Investigação das Práticas Israelenses Afetando os Direitos Humanos do Povo Palestino e Outros Árabes dos Territórios Ocupados (CEIPI), fruto de uma iniciativa da Assem-



bléia Geral das Nações Unidas, entre 1970 e 1987. O objetivo dos autores é relacionar os crimes praticados por Israel contra os palestinos com aqueles praticados pelo governo sul-africano contra a população negra, ambos tipificados como apartheid. O texto parte da premissa de que a política de “judaização do território” palestino está na origem do regime de apartheid progressivo/gradativo/sorranteiro, baseado principalmente em confiscos, colonização, prisões em massa, torturas, punições coletivas e censura, bem como na negação do direito de retorno de refugiadas e refugiados. Todas estas medidas justificaram-se por alegações securitárias que tornaram palestinas e palestinos subcidadãos, “separados e desiguais”. Os autores concluem o artigo com uma afirmação contundente: a situação palestina chega a ser, comparativamente, pior que a sul-africana, pois o governo israelense teria realizado a “etapa que o apartheid sul-africano não conseguiu chegar; qual seja, a consolidação dos bantustãos, consumando a desnacionalização dos não brancos expropriados”.

O artigo “Porque a vida é mais difícil para os homens! – o abandono escolar dos rapazes negros”, de Beatriz Giugliani, se destaca por sua contribuição para os debates sobre a construção de masculinidades racializadas e suas relações com os processos de escolarização. Trata-se do resultado de um estudo qualitativo sobre as relações de gênero entre estudantes do ensino médio em uma escola pública em região periférica no estado da Bahia. Nele, a autora aporta importantes reflexões sobre as intersecções entre gênero, raça e classe social para explicar as razões pelas quais estudantes negros do sexo masculino têm menos chances de permanecer na escola. O olhar etnográfico de Giugliani revela uma investigadora atenta às nuances das percepções dos sujeitos da pesquisa sobre as relações entre os valores e códigos hegemônicos de masculinidade e feminilidade, a defasagem escolar e as relações familiares, aduzindo elementos interessantes à discussão sobre a produção e a reprodução das desigualdades escolares em sua interseção com as hierarquias de gênero e raça/cor.

No ensaio “Ei, você aí macho discreto, chega mais, cola aqui, vamos bater um papo reto: tratando de masculinidades e vivências negras”, Pedro Barcellos Rodrigues Juliano intersecciona os estudos sobre masculinidade, os estudos sobre raça e os estudos sobre sexualidade, para produzir um ensaio rico de reflexões sobre o homem negro gay *queer*. Com indagações e questionamentos, o autor abre horizontes interpretativos bastante interessantes para a pesquisa na área, sobretudo no que diz respeito à sexualização e à hipersexualização dos corpos e subjetividades negras como forma de domínio e de controle. A crítica às fobias sexuais racializadas construídas historicamente em torno da sexualidade de homens negros vai revelando, paulatinamente, as inúmeras violências, negações e assujeitamentos perpetradas contra os “condenados da terra” (Frantz Fanon) no contexto da modernidade/colonialidade. Ao recuperar alguns personagens históricos negros e relacioná-los ao contexto atual, discutindo e dialogando com importantes intelectuais afrodiáspóricos, Juliano evidencia as formas de resistência mobilizadas por diferentes corpos negros na busca pela afirmação de suas identidades e de suas formas de existir contra a anulação e as violências sofridas.

“Gordofobia: injustiça epistemológica sobre corpos gordos”, toma como base escritos de Michel Foucault e Naomi Wolf, o relato em primeira pessoa, a autoetnografia e o depoimento de mulheres gordas. Maria Luisa Jimenez Jimenez desmonta, denuncia e desprograma a subjetividade capitalística que constrói a lipofobia – isto é, uma ojeriza a corpos gordos, especialmente de mulheres gordas – que naturaliza apenas um corpo como possível, belo e saudável. A autora justapõe depoimentos de outras mulheres gordas junto aos seus, com vista ao entendimento do que crê ser uma injustiça epistemológica sobre corpos gordos – desde muito desenhados a partir de saberes médicos, educacionais e midiáticos –, representados como doentes, inferiores e desprezíveis, provocando ódio e perda de direitos, falta de acessibilidade e estigmatização.

Leo Name, em “De que lugar fala o lugar de fala?”, adentra a discussão sobre os conflitos discursivos sobre a produção de saberes e a quem se atribui autoridade e credibilidade. Ciente do fato de que, no Brasil, tais questões têm se alocado no debate a respeito do “lugar de fala”, o pesquisador retoma outros “enunciados situados”, anteriores a essa noção e formulados nos feminismos, nos estudos subalternos e na literatura decolonial, chamando à atenção as dimensões espaciais com eles comprometidas. Seu objetivo é mostrar que lugares importam: que o lugar de fala, se geralmente fala como metáfora de posições sociais ou pontos de vista, também fala desde um engendramento em lugares geográficos, eivados por experiências coletivas e assimetrias entre corpos e sujeitos.

Finalmente, o artigo “Bolívar e a constituição peruana de 1826: a tentativa de estruturação da estabilidade pela via legal num contexto de retrocesso”, de Vinicius Melleu Cione, procura tratar da concepção jurídica e estratégica por trás da Constituição do Peru, de 1826, escrita por Simón Bolívar. O autor situa as independências dos países da América Espanhola no quadro das outras revoluções políticas daquele contexto, tais como as Revoluções Francesa e a Haitiana. Ao comparar as diferenças entre a constituição de 1819, da Venezuela, e de 1826, do Peru, Cione identifica os principais elementos do embate entre um “projeto federalista-oligárquico e outro bem mais centralista, que teve à frente a figura do mantuano Simón Bolívar”. Igualmente, o artigo rechaça veementemente a crítica que reduz a Constituição do Peru, de 1826, a uma cópia da Constituição Napoleônica de 1799. Para o autor, essa comparação tinha como meta relacionar a figura de Bolívar a uma “intenção monárquica”. Segundo Cione, na década de 1820, nem o modelo de monarquia inglesa nem o de república estadunidense estavam tão em voga, o que ajudaria a explicar porque Bolívar tomou o Haiti como padrão para seu projeto de libertação, sendo aquele o país “mais democrático do mundo”. Finalmente, ao relacionar os confrontos interoligárquicos, no século XIX, com a perpetuação da estrutura de subdesenvolvimento, nos dias atuais, Cione afirma assertivamente que o “debate sobre Simón Bolívar reveste-se de grande atualidade justamente pela necessidade latino-americana de protagonizar sua segunda independência, agora definitiva”.

Finalizamos o texto deste editorial esclarecendo que, muito embora o presente número da *Epistemologias do Sul* apresente o ano de 2020 em sua ficha técnica, trata-se de uma data retroativa, com vista a manter o sequenciamento das publicações anteriores da revista. Os textos que dele fazem parte foram recebidos e avaliados entre janeiro de 2019 e janeiro de 2021, sendo disponibilizados publicamente em fevereiro de 2021.

Boa leitura!

Referência

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUfba, (1952) 2008.

